

Até 6 de dezembro, quando começa o vestibular 2013 da UFSM, professores dão dicas de assuntos que o estudante deve ficar por dentro. Confira quais são os temas:

- Dias 9 e 10 de novembro – Demografia brasileira
- Dias 16 e 17 de novembro – Protocolo de Kyoto
- Dia 20 de novembro – Imigração no Brasil
- Hoje – Escândalos políticos
 - Processo democrático
 - Alterações genéticas
 - A escravidão no Brasil
 - Qualidade de vida
 - O poderio dos Estados Unidos
 - Atentado em Boston
 - Programa nuclear
 - Espionagem



Escândalos políticos

Nos meses de junho e julho, milhares de jovens em todo o Brasil levantaram cartazes nas ruas exigindo mais educação, saúde e segurança pública e reivindicando melhorias no transporte público, entre outros assuntos que viraram temas de discussão nacional. As críticas, muitas vezes, foram direcionadas ao governo federal.

Para o professor Dejalma Cremonese, coordenador do curso de Ciências Sociais da UFSM, o Brasil conheceu um movimento inédito até então, em que milhares de brasileiros tomaram espaços públicos das principais cidades do país para protestar.

– Caiu o mito de que o brasileiro sempre fora “acomodado”. Aliás, na verdade, nunca o foi, dado que o povo brasileiro sempre lutou bravamente, vide as dezenas de revoltas desde o nascimento do Brasil. O ineditismo do movimento provém do seu caráter apartidário e, em casos isolados, mas extremos, até mesmo antipartidário. Os demais movimentos recentes na história do país, como a campanha das Diretas Já! (1984) e o processo de impeachment do presidente Collor (1992), foram promovidos por lideranças políticas, sindicais e da sociedade civil organizada. Agora, em 2013, não teve uma liderança específica ou um centro definido – explica.

Porém, para entender esse movimento atual, é preciso rever conceitos da antiguidade. Apesar de o filósofo grego Aristóteles ter organizado uma primeira noção da divisão de poderes na política, quem propôs mesmo uma formulação definitiva e consolidou essa teoria foi o francês Montesquieu, na obra *O Espírito das Leis*, publicada em 1748. Foi ela que inspirou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, elaborada em 1789, durante a Revolução Francesa, quando se definiu que um grupo ficaria responsável pela criação das leis, outro pela execução e um terceiro deveria verificar se elas estão sendo cumpridas. Essa ideia influenciou a maioria das democracias representativas modernas.

– De certa forma, as manifestações acabaram movimentando os políticos na busca de soluções mais imediatas, principalmente naquilo em que o povo é mais carente: saúde, educação, moradia. É preciso que a democracia participativa avance para consolidar a democracia representativa – relata Cremonese.

OS PRINCIPAIS

■ **Transporte público** – Questões referentes a esse serviço, que foi o que impulsionou os primeiros protestos em São Paulo e Porto Alegre no início de junho, devem ser reivindicadas junto à administração executiva municipal, ou seja, as prefeituras

■ **Marco Feliciano** – A retirada do deputado federal – defensor do projeto da “cura gay” – da Comissão de Direitos Humanos ficaria a cargo da Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional. A presidente Dilma Rousseff não tem o poder de tomar essa decisão

■ **Renan Calheiros** – O movimento Fora Renan deve cobrar do Senado, do qual Calheiros é presidente, que o senador seja investigado e, possivelmente, cassado

■ **Royalties do petróleo** – No dia 2 de julho, o Senado votou a favor da destinação de 75% dos royalties do petróleo para investimentos em educação e 25% para a saúde

■ **Corrupção como crime hediondo** – O plenário da Câmara aprovou regime de urgência para o projeto de lei que torna corrupção um crime hediondo

■ **PEC 37** – Proposta de Emenda à Constituição, citada e repudiada pelos manifestantes, queria que a investigação de denúncias e ações do Ministério Público fossem feitas apenas pela Polícia Civil, ou seja, tirava esse poder do MP. A PEC 37 foi votada e rejeitada pela Câmara dos Deputados

■ **Maioridade penal** – Existe um projeto na Câmara dos Deputados para baixar de 18 para 16 anos a idade em que o cidadão responderia penalmente pelos seus atos. Para que esse projeto passe, a Câmara dos Deputados precisa votar. Somente depois de aprovada, o STF analisa se é constitucional

■ **Mensalão** – A ação penal 470 foi movida pelo Ministério Público contra os políticos envolvidos no escândalo do mensalão. O STF julgou 38 réus e condenou 25, entre eles o ex-ministro José Dirceu e o ex-presidente do PT José Genoíno

■ **PEC 33** – Da maneira como ocorre hoje, quando o Supremo Tribunal Federal decide, ele tem a palavra final. Essa Proposta de Emenda à Constituição propõe que as matérias retornem ao Legislativo, ou seja, à Câmara dos Deputados e ao Senado. A Comissão de Constituição e Justiça já aprovou, e agora a proposta vai para o plenário da Câmara

DICA DO PROFESSOR



Professor Betover, de Filosofia, do Riachuelo Pré-Vestibular

“Quando pensamos filosoficamente sobre os problemas da política, é inevitável a discussão sobre as implicações morais e éticas desse assunto. O aluno deve lembrar que esse é um problema que é levantado em um contexto grego-ateniense onde a vida social estava atrelada à conduta moral. Além disso, alguns teóricos propõem uma reflexão sobre o tema, como Maquiavel, Locke, Rousseau e Marx. É importante revisar as teorias, tendo claro que moralidade e legalidade não precisam coincidir.”

Como estudar

“Assistir alguns documentários sobre o assunto, ler apostilas e organizar esquemas podem ajudar.”